



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE APELAÇÃO N. 0250553-5

APELANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A

APELADOS: JOSÉ MARIANO BARRETO DA SILVA E OUTROS

DES. RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA

EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO RETIDO. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO RETIDO NOS AUTOS APELAÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. SFH. INTERESSE DA CEF NÃO COMPROVADO. FALTA DE INTERESSE JURÍDICO DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. LEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* DA SEGURADORA. LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*. AUTORES QUE NÃO APRESENTARAM CONTRATO DE SEGURO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. CONTRATOS QUITADOS. AUTORES QUE NÃO COMPROVARAM VÍNCULO COM O ESTIPULANTE. ILEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*. ART. 6º DO CPC. PRESCRIÇÃO. POSSIBILIDADE DE COBERTURA POR VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. MULTA DECENDIAL DEVIDA. OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA. *ASTREINTES*. NÃO CABIMENTO. SUCUMBÊNCIA DE PARTE MÍNIMA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS.

1. Após o julgamento dos EDcl nos EDcl no REsp 1.091.393/SC, o STJ estabeleceu três pressupostos cumulativos, cuja observância desloca a competência absoluta do feito para a Justiça Federal: a) assinatura dos contratos apontados como causa de pedir entre 02.12.1988 e 29.12.2009; b) previsão, nos citados instrumentos particulares, a vinculação ao FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais; e c) intervenção da Caixa Econômica Federal – CEF no feito, comprovando documentalmente tanto a existência de interesse jurídico de sua parte como o comprometimento do FCVS.

2. A falta de observância, no caso concreto, de qualquer dos requisitos, induz a falta de interesse jurídico da CEF e, conseqüentemente, a legitimidade passiva *ad causam* da seguradora, com a conseqüente fixação da competência da Justiça Estadual.

3. No julgamento do REsp 1.133.769/RN, o STJ pacificou o entendimento de que a União, nas causas que envolvem o Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação – SH/SFH com comprometimento do FCVS, detém apenas interesse econômico, inexistindo interesse jurídico que justifique sua intervenção no feito.

4. A seguradora tem legitimidade para responder à ação em que se discute indenização prevista em apólice securitária, quando não comprovado o comprometimento do FCVS.



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

5. Nas causas em que se discute indenização securitária decorrente de Seguro Habitacional no âmbito do SFH, o vínculo com a seguradora é suficientemente comprovado através da apresentação do contrato de financiamento ou de comprovante de pagamento de parcela que possibilite a sua verificação.
6. A quitação do contrato de financiamento não impede a concessão da indenização pela seguradora porque, em se tratando de vícios de construção, estes existem desde a construção do imóvel e, portanto, a causa do sinistro remonta ao período de vigência da apólice.
7. Nenhum dos autores/apelados apresentam contratos de seguro, comprovando o vínculo direto com a seguradora, pois, o vínculo direto da seguradora se dá com o estipulante, o qual atua como mero agente intermediário. Nesse sentido, o contrato de seguro é adjeto ao financiamento pactuado e, assim, para a comprovação do vínculo com aquela basta a apresentação de prova que induza ao vínculo com este.
8. Considerando que as partes não podem ingressar com a ação em nome próprio, postulando direito alheio (exegese do art. 6º do CPC), deve ser declarada a ilegitimidade ativa dos apelados que não comprovaram vínculo com o estipulante.
9. Não há como se aferir, com precisão, a ordem temporal dos fatos para fins contagem do prazo prescricional na medida em que o sinistro mostra-se atual e com natureza de continuidade. O lapso prescricional, em casos tais, renova-se a cada dia (TJPE, Ag 231987-9/01, 4ª Câmara Cível, Rel. Des. Jones Figueiredo, julg. 15.04.2011).
10. É nula de pleno direito, por ser abusiva e violadora da boa-fé contratual, a cláusula de apólice securitária que exclui de cobertura risco, por motivo não imputável ao consumidor e que se demonstre lesiva à esfera jurídica deste.
11. É devida a cobertura securitária por vícios de construção, quando comprovado que estes foram causa da ocorrência de risco coberto, no caso concreto, a ameaça de desmoronamento. Aplicação da Súmula 58/TJPE.
12. *"É válida a multa decendial prevista no contrato de seguro habitacional para o atraso do pagamento da indenização, limitada ao valor da obrigação principal"* (Súmula 101/TJPE).
13. É indevida a aplicação de multa diária, para a hipótese de descumprimento da obrigação de pagar os honorários periciais, pois, na hipótese de obrigação de pagar quantia certa, predomina no STJ o entendimento de que "a multa é meio executivo de coação, não aplicável a obrigações de pagar quantia, que atua sobre a vontade do demandado a fim de compeli-lo a satisfazer, ele próprio, a obrigação decorrente da decisão judicial". (REsp n. 784.188/RS, DJ de 14.11.2005).
14. Honorários advocatícios mantidos porque razoavelmente estabelecidos, em consonância com os critérios do art. 20, §3º, do CPC, bem como que a sucumbência da parte apelada foi mínima (art. 21, parágrafo único, do CPC).
15. Apelação a que se dá parcial provimento.

gh



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, em **dar parcial provimento** ao presente recurso, no trecho conhecido, tudo nos termos do voto do Des. Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife/PE, 02 de outubro de 2013.


Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator

**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIAFórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL****RECURSO DE APELAÇÃO N. 0250553-5****APELANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A****APELADOS: JOSÉ MARIANO BARRETO DA SILVA E OUTROS****DES. RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA****RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de apelação interposto contra sentença de mérito proferida nos autos da Ação de Indenização Securitária tombada sob o n. 0000738-19.2009.8.17.0100, na qual o juízo de piso julgou procedentes os pedidos formulados e condenou a seguradora: **a)** a pagar a cada um dos autores descritos na inicial, os valores correspondentes aos consertos de suas casas constantes do laudo pericial, devidamente corrigidos, a partir da data de juntada do laudo pericial, e com incidência de juros, nos termos ali discriminados; **b)** ao pagamento da multa decendial de 2% (dois por cento); **c)** a arcar com as despesas processuais, incluindo os honorários advocatícios em favor dos advogados dos autores, estes na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da condenação; **d)** a pagar honorários periciais, acrescidos da multa diária de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em favor do perito judicial nomeado, contados a partir da publicação da sentença (fls. 640/647).

Em apertada síntese, a demanda originária versa acerca da situação de desamparo em que vivem os moradores das casas situadas no Núcleo Habitacional de Caetés III, localizado em Abreu e Lima/PE, imóveis estes que se encontram atualmente sob ameaça de desmoronamento. Aduziram os autores que a ameaça de desmoronamento se deve ao fato de a construção não haver obedecido a normas técnicas de engenharia civil.

É o breve resumo dos fatos ventilados na peça inaugural.

**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIAFórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Irresignada com a solução emprestada ao caso, a Sul América interpõe recurso de apelação tempestivo (fls. 655/696), requerendo o conhecimento preliminar do agravo retido e defendendo os seguintes pontos: **preliminarmente, a)** ilegitimidade passiva e competência absoluta da Justiça Federal para o conhecimento e julgamento da presente causa, em virtude do interesse da CEF e da União; **b)** prescrição; **c)** carência de ação por falta de interesse de agir, visto que os financiamentos já foram todos quitados; **d)** carência de ação por ilegitimidade ativa em decorrência da não juntada do contrato, por alguns autores; **e)** ilegitimidade passiva da seguradora, sob a alegação de que à época de ocorrência do sinistro, não atuava mais no âmbito do SH/SFH e de que os agravados teriam liquidado antecipadamente seus respectivos financiamentos, afirmando que deve incidir no caso em tela o art. 2º, §6º, da Lei n. 10.150/2000; e **meritoriamente, a)** inexistência de previsão de cobertura securitária para os vícios de construção; **b)** descabimento da multa decendial; **c)** ser indevida a aplicação de multa diária, para a hipótese de descumprimento da obrigação de pagar os honorários periciais.

Contrarrazões às fls. 771/803.

É o Relatório. À Revisão.

Recife, 13 de agosto de 2013.


Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE APELAÇÃO N. 0250553-5

APELANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A

APELADOS: JOSÉ MARIANO BARRETO DA SILVA E OUTROS

DES. RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA

VOTO PRELIMINAR

Agravo Retido

Inicialmente, destaco que é inviável a apreciação do agravo retido, em sede de preliminar, pois a apelante, não apresentou as razões de sua insurgência.

Não conheço, portanto do agravo retido, por descumprimento ao § 3º, do artigo 523, do Código de Processo Civil, vez que o autor não apresentou as razões do recurso.

Diante do exposto, rejeito a presente preliminar.

Recife, 08 de outubro de 2013.


Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE APELAÇÃO N. 0250553-5

APELANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A

APELADOS: JOSÉ MARIANO BARRETO DA SILVA E OUTROS

DES. RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA

**Ilegitimidade passiva *ad causam* – legitimidade da CEF e da União e
consequente competência da Justiça Federal**

Argumenta a apelante, em síntese, ser parte ilegítima para responder pelo direito vindicado, pois a demanda envolve interesses da Caixa Econômica Federal – CEF e da União, motivo pelo qual o feito deve ser deslocado para a Justiça Federal. Invoca, como fundamento jurídico, os ditames da Medida Provisória n. 513/2010.

A ilegitimidade passiva e a existência de interesse jurídico da CEF sempre foi questão insistentemente levantada pela seguradora, em demandas por todo o Brasil.

Sobre esse tema, o STJ se debruçou no REsp 1.091.393/SC, por sua vez julgado sob a sistemática procedimental do art. 543-C do CPC (recursos repetitivos). Nos autos do citado recurso, ao Acórdão lavrado pelo Tribunal Superior, sucederam-se três embargos declaratórios. O terceiro encontra-se pendente de julgamento.

Todavia, apreciando o segundo recurso de esclarecimento (EDcl nos EDcl no REsp 1.091.393/SC, Segunda Seção, Rel. p/ Acórdão Min. Nancy Andrighi, julg. 10.10.2012), o Tribunal Superior julgou da seguinte forma:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SFH. SEGURO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. INTERESSE. INTERVENÇÃO. LIMITES E CONDIÇÕES. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC.

1. Nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional - SFH, a Caixa Econômica Federal - CEF - detém interesse jurídico para ingressar na lide como assistente simples somente nos contratos celebrados de 02.12.1988 a 29.12.2009 - período compreendido entre as edições da Lei nº 7.682/88 e da MP nº 478/09 - e nas



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

hipóteses em que o instrumento estiver vinculado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (apólices públicas, ramo 66).

2. Ainda que compreendido no mencionado lapso temporal, ausente a vinculação do contrato ao FCVS (apólices privadas, ramo 68), a CEF carece de interesse jurídico a justificar sua intervenção na lide.

3. O ingresso da CEF na lide somente será possível a partir do momento em que a instituição financeira provar documentalmente o seu interesse jurídico, mediante demonstração não apenas da existência de apólice pública, mas também do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice - FESA, colhendo o processo no estado em que este se encontrar no instante em que houver a efetiva comprovação desse interesse, sem anulação de nenhum ato anterior.

4. Evidenciada desídia ou conveniência na demonstração tardia do seu interesse jurídico de intervir na lide como assistente, não poderá a CEF se beneficiar da faculdade prevista no art. 55, I, do CPC.

5. Na hipótese específica dos autos, tendo o Tribunal Estadual concluído pela ausência de vinculação dos contratos de seguro ao FCVS, inexistente interesse jurídico da CEF para integrar a lide.

6. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, com efeitos Infringentes (grifei).

Importante mencionar que, contra o citado Acórdão, foram opostos novos embargos, o que, todavia, não tem o condão de desqualificá-lo enquanto precedente, tendo em vista que o próprio STJ assentou que a aplicação de entendimento constante de recurso especial representativo de matéria repetitiva não requer o seu trânsito em julgado (STJ - AgRg no REsp 1.320.662/MT – Segunda Turma – Rel. Min. Mauro Campell Marques – Julg. 06.11.2012 – DJe 12.11.2012).

Pois bem, a leitura do julgado acima transcrito permite concluir que a determinação da competência absoluta da Justiça Federal demanda a existência concomitante, no caso concreto, de 03 (três) pressupostos essenciais: **a)** que os contratos apontados como causa de pedir hajam sido firmados entre 02.12.1988 e 29.12.2009; **b)** seja prevista, nos citados instrumentos particulares, a vinculação ao FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais; e **c)** intervenção da Caixa Econômica Federal – CEF no feito, comprovando documentalmente tanto a existência de interesse jurídico de sua parte como o comprometimento do FCVS.



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Adotando tais premissas como norte e analisando detidamente os autos, observo que os contratos acostados aos autos (fls. 154/155, 178/179 e 181/182) não preveem a vinculação ao FCVS e, ademais, não há qualquer registro de intervenção da CEF.

Portanto, é forçoso concluir que a seguradora agravante detém, sim, legitimidade para responder à presente demanda, cujo objeto é a obtenção de cobertura securitária, como efetivamente responde.

Com relação à alegação de existência de interesse jurídico da União Federal, sem mais delongas, o STJ também já pacificou a questão, analisada também sob o pálio do art. 543-C do CPC, no julgamento do REsp 1.133.769/RN (STJ, Primeira Seção, Rel. Min. Luiz Fux, julg. 25.11.2009, DJe 18.12.2009), em que entendeu que o interesse do citado órgão federal, em casos deste jaez, é meramente econômico, não justificando sua intervenção. Vejamos sua ementa:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE MÚTUO. LEGITIMIDADE. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. SUCESSORA DO EXTINTO BNH E RESPONSÁVEL PELA CLÁUSULA DE COMPROMETIMENTO DO FCVS. CONTRATO DE MÚTUO. DOIS OU MAIS IMÓVEIS, NA MESMA LOCALIDADE, ADQUIRIDOS PELO SFH COM CLÁUSULA DE COBERTURA PELO FCVS. IRRETROATIVIDADE DAS LEIS 8.004/90 E 8.100/90. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULAS 282 E 356/STF. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.

1. A Caixa Econômica Federal, após a extinção do BNH, ostenta legitimidade para ocupar o pólo passivo das demandas referentes aos contratos de financiamento pelo SFH, porquanto sucessora dos direitos e obrigações do extinto BNH e responsável pela cláusula de comprometimento do FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais, sendo certo que a ausência da União como litisconsorte não viola o artigo 7.º, inciso III, do Decreto-lei n.º 2.291, de 21 de novembro de 1986. Precedentes do STJ: CC 78.182/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ de 15/12/2008; REsp 1044500/BA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJ de 22/08/2008; REsp 902.117/AL, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ 01/10/2007; e REsp 684.970/GO, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJ 20/02/2006.

(...)



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

9. O FCVS indicado como órgão responsável pela quitação pretendida, posto não ostentar *legitimatío ad processum*, arrasta a competência *ad causam* da pessoa jurídica gestora, responsável pela liberação que instrumentaliza a quitação.

11. É que o art.º da Lei 8.100/90 é explícito ao enunciar:

"Art. 3º O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS quitará somente um saldo devedor remanescente por mutuário ao final do contrato, exceto aqueles relativos aos contratos firmados até 5 de dezembro de 1990, ao amparo da legislação do SFH, independentemente da data de ocorrência do evento caracterizador da obrigação do FCVS. (Redação dada pela Lei nº 10.150, de 21.12.2001)

12. A Súmula 327/STJ, por seu turno, torna inequívoca a *legitimatío ad causam* da Caixa Econômica Federal (CEF).

14. A União, ao sustentar a sua condição de assistente, posto contribuir para o custeio do FCVS, revela a inadequação da figura de terceira porquanto vela por "interesse econômico" e não jurídico.

(...)

17. Ação ordinária ajuizada em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, objetivando a liquidação antecipada de contrato de financiamento, firmado sob a égide do Sistema Financeiro de Habitação, nos termos da Lei 10.150/2000, na qual os autores aduzem a aquisição de imóvel residencial em 27.02.1987 (fls. 13/20) junto à Caixa Econômica Federal, com cláusula de cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais, motivo pelo qual, após adimplidas todas as prestações mensais ajustadas para o resgate da dívida, fariam jus à habilitação do saldo devedor residual junto ao mencionado fundo.

18. Recurso Especial desprovido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008 (grifei).

Diante do exposto, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*.

É como voto.

Recife, 08 de outubro de 2013.

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator

**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIAFórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL****RECURSO DE APELAÇÃO N. 0250553-5****APELANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A****APELADOS: JOSÉ MARIANO BARRETO DA SILVA E OUTROS****DES. RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA****VOTO PRELIMINAR****Ilegitimidade passiva *ad causam***

A seguradora sustenta, ainda, a sua ilegitimidade passiva sob os argumentos, que seguem adiante sintetizados: **a)** à época de ocorrência do sinistro, não atuava mais no âmbito do SH/SFH; **b)** por terem os agravados liquidado antecipadamente seus respectivos financiamentos, incide o art. 2º, §6º, da Lei n. 10.150/2000, com a assunção, pelo FCVS, dos ônus decorrentes das relações jurídicas entre mutuário e instituição financiadora e entre mutuário e seguradora.

Com relação ao primeiro fundamento, observo que se apoia em cláusula da Circular SUSEP 111/99, que instituiu a apólice pública, e em seu item 3.1.3 atribui à nova seguradora os sinistros de danos físicos no imóvel e de responsabilidade civil do construtor avisados em qualquer época. Afirma a seguradora não mais operar no SH/SFH desde 1º de janeiro de 2010, em virtude da extinção da apólice Circular SUSEP 111/99 pela Medida Provisória n. 478/2009.

No que pertine ao segundo fundamento, este é calcado na afirmação de que os autores foram beneficiados pela liquidação antecipada de seus respectivos financiamentos, informação esta que estaria contida nos documentos denominados pela agravante de CADMUT's (fls. 329/350 dos autos do recurso de apelação), o que atrairia a incidência da Lei n. 10.150/2000, mais precisamente dos dispositivos transcritos nas razões recursais.

**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIAFórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Não é necessário qualquer esforço cognitivo para se concluir que ambos os argumentos acima resumidos partem do pressuposto de que as apólices securitárias, no presente caso, pertencem ao ramo 66. Todavia, diante de tudo o que fora exposto no capítulo decisório *supra*, que passam a servir de fundamento também para o presente trecho, tenho que as apólices são do ramo 68, isto é, trata-se de contrato de seguro privado, cujos riscos são assumidos única e exclusivamente pela seguradora.

Por isso, não há se falar em comprometimento do FCVS, em interferência da ineficaz Medida Provisória n. 478/2009, muito menos em incidência da Lei n. 10.150/2000, que se aplicam tão somente aos casos da extinta apólice pública.

Ante o exposto, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva da seguradora.

É como voto.

Recife, 08 de outubro de 2013.

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640

Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE APELAÇÃO N. 0250553-5

APELANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A

APELADOS: JOSÉ MARIANO BARRETO DA SILVA E OUTROS

DES. RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA

VOTO PRELIMINAR

Prejudicial de mérito: prescrição

No que tange à alegação de prescrição, independente do prazo que se entende ser aplicável, se de 01 (um) ou de 20 (vinte) anos, cuja análise não vem ao caso, é cediço que seu termo inicial, nas ações do segurado contra o segurador, é fixado no momento da ciência, pelo interessado, do fato ensejador da pretensão (art. 178, §6º, II, do CC/1916; art. 206, §1º, II, *b*, do CC/2002), sendo este o entendimento pacífico do STJ e deste TJPE.

Compulsando os autos, verifico que, no laudo elaborado pelo perito judicial (fls. 460/579 dos autos da apelação), respondendo aos quesitos formulados, este afirmou peremptoriamente que os danos encontrados, não obstante existentes à época da entrega dos imóveis, são de natureza progressiva e, portanto, não se encontram estabilizados (fl. 464, item 3).

Nesse sentido, a jurisprudência entende no seguinte sentido, ao qual me filio:

PROCESSO CIVIL E CIVIL. PEDIDO. INTERPRETAÇÃO. LIMITES. SEGURO HABITACIONAL. DANOS CONTÍNUOS E PERMANENTES. PRESCRIÇÃO. PRAZO. DIES A QUO. TERCEIRO BENEFICIÁRIO.

- 1. Não há julgamento extra petita se o Tribunal decide questão que é reflexo do pedido contido na petição inicial. Precedentes.***
- 2. O pedido deve ser extraído da interpretação lógico-sistemática da petição inicial, a partir da análise de todo o seu conteúdo. Precedentes.***
- 3. Sendo os danos ao imóvel de natureza sucessiva e gradual, sua progressão dá azo a inúmeros sinistros sujeitos à cobertura securitária, renovando seguidamente a pretensão do beneficiário***

da



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

do seguro e, por conseguinte, o marco inicial do prazo prescricional. Em situações como esta, considera-se irrompida a pretensão do beneficiário do seguro no momento em que, comunicado o fato à seguradora, esta se recusa a indenizar.

4. Reconhecendo o acórdão recorrido que o dano foi contínuo, sem possibilidade de definir data para a sua ocorrência e possível conhecimento de sua extensão pelo segurado, não há como revisar o julgado na via especial, para escolher o dia inicial do prazo prescricional. Precedentes.

5. Recurso especial provido (STJ – REsp 1.143.962 – Terceira Turma – Rel. Min. Nancy Andrighi – Julg. 20.03.2012 – grifel).

RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO MONOCRÁTICA. SEGURO HABITACIONAL. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. PRELIMINARES. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL. INÉPCIA DA INICIAL. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. ILEGITIMIDADE. PRESCRIÇÃO ÂNUA. REJEIÇÃO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE PISO. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(...)

Prescrição anual: Não há como se aferir, com precisão, a ordem temporal dos fatos para fins contagem do prazo prescricional na medida em que o sinistro mostra-se atual e com natureza de continuidade. O lapso prescricional, em casos tais, renova-se a cada dia. "Tratando-se de danos evolutivos, com múltiplos fatos desencadeadores de sinistro, prejudicada a pretensão de se determinar uma origem única (TJRS - AI Nº 70029095858, Sexta Câmara Cível, j. 24/03/2009). 7. Agravo improvido. Decisão unânime (TJPE – Ag 231987-9/01 – 4ª Câmara Cível – Rel. Des. Jones Figueiredo – Julg. 15.04.2011 – grifel).

Diante do exposto, rejeito a prejudicial de mérito de prescrição levantada.

É como voto.

Recife, 08 de outubro de 2013.

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE APELAÇÃO N. 0250553-5

APELANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A

APELADOS: JOSÉ MARIANO BARRETO DA SILVA E OUTROS

DES. RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA

VOTO PRELIMINAR

Carência de ação por falta de interesse de agir

Sustenta a apelante a falta de interesse de agir dos autores que já tiveram o contrato de financiamento quitado. Não merece razão, porém.

Isso porque, pelo contrato de seguro, o segurador se obriga a cobrir riscos expressamente determinados na apólice, durante o seu período de vigência.

Trata-se de típico contrato aleatório, em que o risco é a ele intrínseco. A responsabilidade contratual do segurador, porém, se limita aos sinistros passados durante o período de vigência da apólice contratada.

Trazendo tais premissas ao caso concreto, observo que o laudo pericial elaborado pelo perito oficial, à fl. 477, conclui, de forma incisiva:

- "1) O sistema construtivo empregado feriu normas técnicas da ABNT, principalmente as normas de números 15.270, 15.270-2 e 15.270-3 que se referem ao uso e características de tijolos e blocos cerâmicos empregados na construção civil;*
2) Ocorreram vícios de construção que não poderiam ter sido identificados e sanados com intervenções de pessoas leigas, utilizando procedimentos de rotina, principalmente nos problemas estruturais."

Assim, vê-se que a causa o sinistro nasceu concomitantemente à construção do imóvel. Dessa forma, ele sempre existiu e, até que seja executada uma obra de recuperação, sempre existirá.



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Portanto, é indubitável que os vícios construtivos neste processo versados aconteceram durante o período de vigência da apólice securitária, motivo pelo qual não há que se falar em ilegitimidade dos autores com contratos já quitados.

Sobre o tema, vejamos o seguinte julgado:

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO HABITACIONAL. IMÓVEL ADQUIRIDO JUNTO AO SFH. DESOCUPAÇÃO POR RISCO DE DESABAMENTO. RECURSO DE APELAÇÃO EM CONFRONTO COM SÚMULA E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA E. TRIBUNAL, BEM COMO DO STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL PARA JULGAR O FEITO. LEGITIMIDADE ATIVA DOS MUTUÁRIOS. INTERESSE DE AGIR DOS MUTUÁRIOS COM CONTRATO QUITADO. COBERTURA DEVIDA. APLICAÇÃO DA APÓLICE RD BNH Nº 18/77. APLICAÇÃO DO CDC. OBRIGATORIEDADE DO CUSTEIO DAS DESPESAS COM ALUGUÉIS E DEMAIS ENCARGOS CONDOMINIAIS. CABIMENTO DA MULTA DECENDIAL. MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO RELATIVA À VERBA DO ASSISTENTE TÉCNICO, BEM COMO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO NÃO PROVIDO.

(...)

Tratando-se os autores de mutuários do SFH ou ainda que de terceiros adquirentes das unidades habitacionais objeto do seguro, possuem os mesmos a legitimidade ativa para pleitear a indenização securitária.

Não há que se falar em extinção da obrigação de indenizar após eventual quitação do contrato de mútuo. A responsabilidade da seguradora decorre da presença de vícios de construção. Deste modo, é incontestável a ocorrência do sinistro durante a vigência do seguro, não importando que tenha se dado o término do financiamento.

(...) (TJPE – Ag 203631-1/01 – 6ª Câmara Cível – Rel. Des. Antônio Fernando de Araújo Martins – Julg. 09.11.2010).

Ante o exposto, rejeito a preliminar de carência de ação por falta de interesse de agir.

É como voto.

Recife, 28 de outubro de 2013.

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE APELAÇÃO N. 0250553-5

APELANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A

APELADOS: JOSÉ MARIANO BARRETO DA SILVA E OUTROS

DES. RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA

VOTO PRELIMINAR

Carência de ação por ilegitimidade ativa

De acordo com o já relatado, a apelante suscita a carência de ação por ilegitimidade ativa, sob o argumento de que alguns autores não acostaram o contrato de seguro e, portanto, não comprovaram o vínculo com a seguradora.

Vê-se que a apelante se apoia tão somente na inexistência contrato de seguro acostado aos autos.

É de se observar, porém, que **nenhum dos autores/apelados apresentam contratos de seguro, comprovando o vínculo direto com a seguradora.**

Isso acontece porque, como é sabido, o vínculo direto da seguradora se dá com o estipulante, o qual atua como mero agente intermediário. Nesse sentido, o contrato de seguro é adjeto ao financiamento pactuado e, assim, para a comprovação do vínculo com aquela basta a apresentação de prova que induza ao vínculo com este.

Relativamente à apelada **Cícera Fidelis de Souza Nunes**, esta comprovou ser casada sob o regime de comunhão de bens com Francisco Nunes desde 23.12.1971, o qual figura como comprador do imóvel sinistrado, conforme se depreende do comprovante de pagamento de parcela do financiamento de fl. 147.

Relativamente à apelada **Maria de Fátima Rodrigues do Nascimento**, esta comprovou ser casada sob o regime de comunhão de bens com Edgar Fernandes do

0250553-5 (009)

h



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Nascimento desde 10.12.1981, o qual figura como comprador do imóvel sinistrado, conforme se depreende do comprovante de pagamento de parcela do financiamento contraído junto à COHAB-PE de fl. 163.

Ademais, o caso não é de necessidade de outorga marital, pois a apelada em questão pleiteia indenização por danos materiais ocorridos no imóvel, de forma que não incidem, na espécie, o *caput* do art. 10 nem seu §2º, do CPC.

No concernente à apelada, **Maria José de França**, todavia, esta se limitou a apresentar comprovante de pagamento de parcela do financiamento.

No citado comprovante, porém, figura como mutuário SEVERINO GOMES FERREIRA, pessoa que não compõe quaisquer dos pólos da presente demanda.

Embora não esteja a apelada **Maria José de França** sequer agindo por procuração, isto é, na qualidade de mandatária do real proprietário do imóvel, observo que, na peça inaugural, esta se declara proprietária da casa 176, da Rua 52 (fls. 02/03), deixando muito claro que age em nome próprio, pleiteando, entretanto, direito que, em tese, pertence à esfera jurídica de outrem.

Diante dessa constatação, vislumbro ser a apelada **Maria José de França** pessoa ilegítima para a causa. É que a substituição processual, ou legitimação extraordinária, decorre da lei (art. 6º, do CPC) e, *in casu*, não há sequer instrumento de mandato. Mesmo que houvesse, não se haveria de falar em postulação em nome próprio.

Nesse sentido:

EXECUÇÃO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO E NOTA PROMISSÓRIA A ELE VINCULADA. MANDATO OUTORGADO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA DAR CUMPRIMENTO A CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTRAS AVENÇAS, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE ATIVOS E A LIQUIDAÇÃO DE PASSIVOS. ILEGITIMIDADE DE PARTE.

– Sendo o exeqüente mero mandatário do beneficiário dos títulos, não pode ele ingressar com a ação em nome próprio, postulando direito alheio (art. 6º do CPC).

**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIAFórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

*Recurso especial não conhecido*¹ (STJ – REsp 286.073/MG – Quarta Turma – Rel. Min. Barros Monteiro – Julg. 08.06.2004 – DJe 27.09.2004 - grifei).

No concernente ao apelado, **Alexandre Luiz de Alcântara**, este se limitou a apresentar declaração de que teria efetuado a troca do imóvel de sua propriedade, situado na Rua 1ª Travessa Guarani, nº 19, Caetés Velho, Abreu e Lima, por imóvel de propriedade da Sra. Maria dos Prazeres Lima, situado na Rua 52, Caetés III, nº 196.

Contudo, não consta dos autos qualquer documento que comprove que a Sra. Maria dos Prazeres Lima seria de fato a proprietária da casa situada na Rua 52, Caetés III, nº 196.

Diante dessa constatação, vislumbro ser o apelado **Alexandre Luiz de Alcântara** pessoa ilegítima para a causa.

No concernente à apelada, **Marlene Menezes da Silva**, esta apresentou escritura pública de fls. 183/185, na qual figura como compradora da casa situada na Rua 52, nº 216, componente do Núcleo Habitacional Caetés.

Diante dessa constatação, vislumbro ser a apelada **Marlene Menezes da Silva** pessoa legítima para a causa.

Relativamente à apelada **Maria das Dores Alexandre de Freitas**, esta apresentou termo de ocupação com opção de compra, no qual figura como ocupante o seu esposo, Hildeberto de Souza Freitas.

Diante dessa constatação, vislumbro ser a apelada **Maria das Dores Alexandre de Freitas** pessoa legítima para a causa.

¹ Em seu voto, afirmou o Eminentíssimo Ministro Relator: “Conforme destacado desde logo pelo voto condutor do Acórdão proferido em grau de apelação, a procuração de fl. 04 (apenso), outorgada pelo Banco Nacional S/A ao UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros, estabelece os poderes específicos para ‘dar cumprimento a contrato de prestação de serviços e outras avenças, objetivando a realização de seus ativos e a liquidação de seus passivos’ (fl. 48).”

Nesses termos, dúvida não paira de que o exequente ‘Unibanco’ é simples mandatário do ‘Banco Nacional S/A’, verdadeiro e único beneficiário dos títulos exequendos. Não pode ele, como tal, postular, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei (art. 6º do CPC).
0250553-5 (009)



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Relativamente à apelada **Maria Valdete Marques da Silva**, esta figura como compradora do imóvel sinistrado, no contrato de compra e venda de fl. 201.

Diante do exposto, acolho parcialmente a preliminar de carência de ação por ilegitimidade ativa para declarar a ilegitimidade *ad causam* dos apelados **Maria José de França e Alexandre Luiz de Alcântara**, rejeitando-a, porém, com relação aos demais apelados por ela atacados.

É como voto.

Recife, 08 de outubro de 2013.


Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE APELAÇÃO N. 0250553-5

APELANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A

APELADOS: JOSÉ MARIANO BARRETO DA SILVA E OUTROS

DES. RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA

VOTO

No que diz respeito à alegada irresponsabilidade da seguradora, por falta de previsão de cobertura para sinistros decorrentes de vício de construção, entendo que não assiste razão à seguradora. Vejamos.

Consta das Condições Particulares da Apólice, em sua Cláusula 3ª, o que segue:

CLÁUSULA 3ª – RISCOS COBERTOS

3.1. Estão cobertos por estas Condições todos os riscos que possam afetar o objeto do seguro, ocasionando:

(...)

e) ameaça de desmoronamento, devidamente comprovada;

(...)

Todavia, o item 3.2. excepciona a disposição acima, afirmando:

3.2. Com exceção dos riscos contemplados nas alíneas a e b do subitem 3.1, todos os citados no mesmo subitem deverão ser decorrentes de eventos de causa externa, assim entendidos os causados por forças que, atuando de fora pra dentro, sobre o prédio, ou sobre o solo ou subsolo em que o mesmo se acha edificado, lhe causem danos, excluindo-se, por conseguinte, todo e qualquer dano sofrido pelo prédio ou benfeitorias que seja causado por seus próprios componentes, sem que sobre eles atue qualquer força anormal.

Ora, a contraposição das citadas cláusulas deixa saltar aos olhos que há, nesse ponto da apólice, clara violação ao princípio da boa-fé. Trazendo tais disposições ao presente caso, a exclusão do risco “ameaça de desmoronamento”, nos termos do item

**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIAFórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

3.2., o exclui de cobertura por fato que jamais poderia ser imputado ao consumidor e aparentemente sem qualquer motivo razoável.

Aliás, a seguradora, ao longo de todas as suas intervenções no processo, não se preocupa em justificar a razão de ser dessa disposição, alegando tão somente, em resumo, que *o risco a ser coberto é aquele predeterminado na apólice e que de acordo com o art. 784 do CC, o vício intrínseco da coisa, não declarado pelo segurado, não é incluído na garantia.*

O critério utilizado é claramente desarrazoado, mormente quando observamos que, a julgar pela quantidade de demandas judiciais envolvendo imóveis financiados sob a égide do Sistema Financeiro de Habitação, quase que sua totalidade (e não afirmo que é a totalidade para não parecer leviano, uma vez que não tenho dados concretos em mãos) é causada por **vícios de construção**.

Diante desse contexto, é óbvio que o item 3.2. abre lacuna para o panorama a que assistimos nos últimos anos, com incontáveis prédios desabando porque construídos com absurdas violações a normas técnicas de engenharia e com utilização de material de baixíssima qualidade. Isso tudo denota um odioso despreço pela vida humana em benefício de lucros estratosféricos.

Para tornar ainda pior esse cenário, a seguradora argumenta que os segurados deveriam declarar que a coisa contém vício intrínseco. Como poderiam fazê-lo? Em meu sentir, acaso o pretense mutuário tivesse sequer ciência de que o imóvel seria edificado na forma explicitada no laudo pericial de fls. 460/579, e que, nesse caso, não haveria cobertura securitária, ele sequer se submeteria a assinar o contrato.

Dessa forma, houve flagrante violação à boa-fé contratual, alicerçada à condição de princípio no Direito Privado (art. 422 do CC) e, por isso, tenho o item 3.2. como uma cláusula abusiva (art. 6º, inciso IV, c/c art. 51, inciso I, do CDC).

Além disso, incide, na espécie, a Súmula n. 58/TJPE, sendo a seguradora responsável pela indenização pleiteada.

**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIAFórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Com relação à multa decendial, entendo ser plenamente devida, pois prevista contratualmente no item 14.1. (fl. 124) e, ainda, tendo em vista a dicção da Súmula n. 101/TJPE.

No pertinente ao cabimento da aplicação de multa diária, para a hipótese de descumprimento da obrigação de pagar os honorários periciais, incumbe referir que as astreintes limitam-se aos casos de descumprimento de obrigações de fazer ou não fazer, de modo que não podem ser utilizadas para exigir prestação de pagar quantia.

Consoante a jurisprudência do STJ, na hipótese de obrigação de pagar quantia certa, predomina o entendimento de que “a multa é meio executivo de coação, não aplicável a obrigações de pagar quantia, que atua sobre a vontade do demandado a fim de compeli-lo a satisfazer, ele próprio, a obrigação decorrente da decisão judicial”. (REsp n. 784.188/RS, DJ de 14.11.2005).

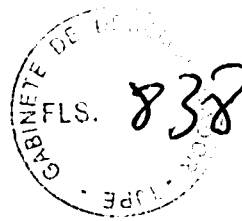
Diante de todo o exposto, meu voto é no sentido de dar parcial provimento à apelação, para **reformular a sentença em relação aos apelados Maria José de França e Alexandre Luiz de Alcântara** e, no tocante a esta parte, declará-los ilegítimos para pleitear, em nome próprio, o direito vindicado no presente caso. Também merece reforma a parte da sentença que impõe multa diária à apelante, para a hipótese de descumprimento da obrigação de pagar os honorários periciais. No mais, em relação aos demais apelados, deve a sentença manter-se incólume e serem confirmados os seus termos.

Por fim, considero que houve sucumbência mínima da parte apelada e, portanto, voto para manter os honorários advocatícios no patamar em que arbitrados, a serem pagos pela parte apelante (art. 21, parágrafo único, do CPC).

É como voto.

Recife, 28 de outubro de 2013.

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

1ª Câmara Cível

Apelação nº 0250553-5

Apelante: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A

Apelados: JOSÉ MARIANO BARRETO DA SILVA E OUTROS

Relator: Des. Roberto da Silva Maia

Revisor: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

DESPACHO

Inclua-se em pauta

Revisão em mesa.

Recife, 04 de setembro de 2013.


Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Revisor